

Sobre transportes e discursos coletivos: o povo e seu lugar de fala no telejornalismo local

Jhonatan Mata & Iluska Coutinho

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

E-mail: jhonatanmata@yahoo.com.br , iluskac@uol.com.br

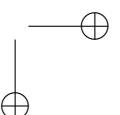
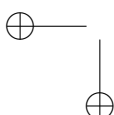
Acelerando...

NA obra “Ação cultural para a liberdade” (1978), Paulo Freire chama atenção para a necessidade de postura crítica diante do texto. Evita-se, desta maneira, a “educação bancária”, ingênua e sem criatividade, centrada exclusivamente na memorização. Crítica parecida é assumida por Mário Kaplún (1984), que, em suas análises no campo da Educomunicação, caracteriza tal modelo educacional como “conteudista”. Neste cenário, os meios de comunicação preferem o monólogo ao diálogo, tomando o “povo” exclusivamente como unidade receptora de conhecimento.

Voltando a Freire, temos que é preciso desafiar o texto, não sucumbir às palavras de seu autor, capazes de magnetizar e domesticar. Embora, neste caso, os apontamentos se voltem para a educação de adultos, as reflexões propostas, aliadas à ironia fértil e útil do educador nos são válidas também para nossas pesquisas que relacionam telejornalismo local, cidadania e construções identitárias.

O “analfabetismo midiático”, bem como o “analfabetismo clássico”, exige um posicionamento que esteja não apenas no ato de consumir idéias, mas de criá-las e re-criá-las, para além do simples processo de depositar palavras e imagens. Na concepção crítica do autor é importante “não negar o direito de pronunciar o mundo”. (FREIRE, 1978, p.16). Trata-se de um problema de caráter político, mais do que de aspectos metodológico-pedagógicos.

Considerado por Murilo César Ramos como um direito de “quarta geração”, o direito à comunicação, nas palavras do autor “ainda está muito longe de ser reconhecido como tal” (RAMOS, 2005, p.45). Ao mesmo tempo, Ramos considera-o um direito cada vez mais concebido como o direito de comunicar, suplantando o direito de receber comunicação ou de ser informado.

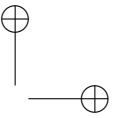
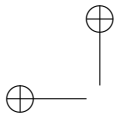


Nesta luta por reconhecimento, as possibilidades de atuação do cidadão são diversas. Dentre elas, destacamos a participação popular na avaliação das renovações de concessão de emissoras¹ e cumprimento das obrigações em relação ao conteúdo de canais de televisão brasileiros. Emissoras privadas e entidades sociais travam batalhas, imersas em uma legislação totalmente fragmentada. Palco que não impede que o momento seja de importante discussão sobre a qualidade da prestação de serviço, sobre o que o consumidor quer receber e o cumprimento das obrigações legais.

Ainda nessa direção, temos, no Decreto de 16 de Abril de 2009, a cidadania em pauta na convocação para a I Conferência Nacional de Comunicação – CONFECOM, presidida pelo Ministério das Comunicações e com a participação da sociedade civil e poder público. Com realização agendada para dezembro de 2009, em Brasília, após um período de conferências municipais e regionais, a CONFECOM trará articulações sobre o tema: “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. Inserido neste contexto, este trabalho surge na pretensão de contribuir para o exercício da cidadania via telejornalismo local. Amparados por dois recortes do noticiário local², que trazem a temática dos problemas que envolvem os transportes coletivos – indispensáveis para o “ir e vir” de grande parte da população local e nacional – e portanto, elemento que contribui para o exercício de cidadania, questionamos: É possível, para a população, contar com a mídia local para efetivar o “direito de pronunciar o mundo” proposto por Freire? Que respostas ofereceríamos a Kaplún sobre a intervenção social neste recorte? Há monólogo ou diálogo entre telejornal e audiência? Observaremos dois momentos: no primeiro, a cobertura da mídia local sobre a participação do povo

¹De acordo com dados da revista *Imprensa*, edição jan/fev 2009, p.29, desde 05 de outubro de 2007, as concessões da TV Globo em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Recife, as da Band, Record e Gazeta em São Paulo e a do SBT no Rio estão vencidas. Ainda na publicação, surge a informação de que os contratos de concessão de rádio e TV, apesar de serem públicos, não estão disponíveis nem no sistema da Anatel nem na página do Ministério da Comunicações.

²Em Juiz de Fora, as possibilidades de a população local “se ver na TV” resumem-se, basicamente, a dois noticiários televisivos: O MGTV – telejornal com duas edições diárias da emissora Panorama, afiliada da Rede Globo e o Jornal da Alterosa, no ar desde 2000. O telejornal diário, voltado para as classes C, D e E na concepção da editora, integra a grade de programação da TV-Alterosa, afiliada à Alterosa de Belo Horizonte que, por sua vez, pertence ao SBT.



nos desdobramentos de impasses provenientes do aumento das passagens de ônibus municipais, em 2007. Num segundo instante, discutimos a cobertura específica do Telejornal da Alterosa Edição Regional ao re-tratar a população e sua relação com a greve dos rodoviários, em 2009.

Nossa premissa básica consiste em perceber a participação do povo nestes movimentos de luta por direitos e o papel discursivo ofertado à população ao ser inserida nas narrativas dos telejornais analisados.

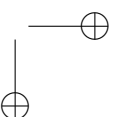
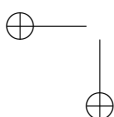
Primeira parada: 2007. Cidadania e identidades multifacetadas

Ao conceituar o termo “cidadania”, Maria de Lourdes Manzini-Covre atenta para a conscientização, por parte do cidadão, dos direitos e deveres presentes na Constituição. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência. Ao recuperar a proposta de cidadania descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, a autora ressalta que:

Todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação, raça, credo ou cor. (...) O direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. (...) E mais: pressionar os governos municipal, estadual, federal e mundial (em nível de grandes organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI) (MANZINI-COVRE, 1991, p. 9-10).

No entanto, para que essa série de direitos e deveres da cidadania tenha valor, deve haver reivindicação, ou seja, é preciso que haja sujeito participativo na ação. A luta por valores e estabelecimento de “identidades cidadãs populares” pôde ser observada em nosso primeiro recorte empírico: os impasses causados pelo aumento das passagens de ônibus urbanos em Juiz de Fora e a cobertura do acontecimento pela mídia local, no ano de 2007.

Neste período, a empresa responsável pelo gerenciamento dos ônibus urbanos na cidade reajustou o preço da passagem de R\$1,55 para R\$1,75. Isso fez com que a população, sobretudo o segmento estudantil, tomasse as ruas



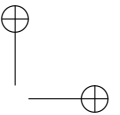
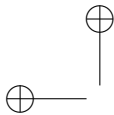
em manifesto contra o acréscimo, com direito a passeatas, paralisação do trânsito nos pontos mais movimentados da cidade, carros de som anunciando os descontentamentos do movimento estudantil, distribuição de panfletos, dentre outros aparatos presentes em espécies de “kits de sujeito participativo”.

A princípio, a população – ou o povo – aparecia na telinha numa postura que negava a idéia de simples massa homogênea e remetia, na concepção defendida por Peruzzo (1999), a um grupo maior de pessoas que luta por algo comum e que se mostrava solidária à causa estudantil.

O “povo”, por meio do telejornalismo local (no duplo sentido de retratado nas matérias e informado pela TV sobre os acontecimentos), participa das manifestações. Estas renderam pautas diárias por mais de uma semana. O apoio da população aos jovens vinha, provavelmente, da causa em comum, que gerava certa unidade em torno do conflito: o aumento das passagens afetava não só aos estudantes, como também a boa parte da população que depende diariamente dos coletivos para se locomover até o emprego, casa, etc.

Além disso, muitos cidadãos tinham a postura “reacionária” reforçada pelo fato de terem filhos, sobrinhos e outros parentes ou “conhecidos” dependendo dos ônibus para estudar. Em síntese, todos tinham um pouco de “subversão” e indignação no discurso. O jogo das identidades e o exercício da cidadania, nesse caso, ganhavam respaldo através da potencialização e publicização dos fatos. Aqui, mais do que “substituir a praça pública na definição do espaço coletivo da política do mundo contemporâneo” (KUCISNKI, 1998, p.16), os telejornais duplicavam este espaço, já que a “praça física, material” também estava ocupada pelos manifestantes.

O posicionamento diante do conflito se polariza quando os dois telejornais locais começam a mostrar cenas de depredação de ônibus e violência contra manifestantes, responsabilidades atribuídas, na voz dos jornalistas, à classe estudantil. Embora não possamos aferir o tamanho da influência que este discurso da mídia local teve na reviravolta identitária sofrida, o fato é que, logo após tais ocorridos o movimento perdeu força, as passeatas foram se reduzindo, ganhando um caráter exclusivamente estudantil. Já não havia mais o apoio irrestrito da população. Escasseou-se o número de juizforanos (não estudantes), que antes se mesclavam aos estudantes (juizforanos ou não) nas declarações à imprensa de apoio ao movimento de luta contra o aumento de passagens. Agora apareciam nos diversos “povo fala” demonstrando contrariedade com os rumos do movimento, medo do caráter violento que tomara e,

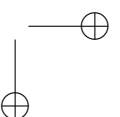
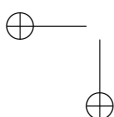


de certa forma, se não fortalecendo a posição da gestora de trânsito, ao menos definindo a razão do discurso estudantil. Tal agendamento de discursos é apontado por Bernardo Kucinski, quando afirma que

“Cabe à televisão brasileira o papel de popularização da agenda. Num país de cultura predominantemente oral, é a TV que massifica a agenda, por meio dos recursos da sincronia, da unificação da linguagem e da emoção. Para isso servem todos os seus programas e formatos, desde o Jornal Nacional até as novelas” (KUCINSKI, 1998, p.28).

A polarização começou a se desenhar na TV e nas ruas de maneira fragmentada, na medida em que prevalecia uma dentre as diversas identidades. De uma inicial (e suposta) sociedade ativista, indignada com o ônus do transporte público – e relativamente coesa, começaram a emergir múltiplas bases de apoio ou oposição às manifestações. Estudantes permaneciam na militância, negando a autoria das infrações. Outros estudantes repudiando a violência e tecendo oposição ao movimento, se negando a continuar “no combate” por prevalência da identidade cidadã. Não – estudantes que eram solidários à causa (dependentes ou não do transporte coletivo, ligados direta ou indiretamente à classe estudantil) se dividindo entre uma nova problemática: a indignação contra o vandalismo e a indignação contra o aumento da passagem. As identidades contraditórias se entrecruzaram, deslocaram-se mutuamente.

Não pretendemos discutir aqui a controversa responsabilidade dos estudantes pelos “atos de vandalismo” descritos nos noticiários ou ainda “culpar” o telejornalismo local por determinado posicionamento discursivo diante do acontecimento. Mesmo porque estamos longe de acreditar numa suposta passividade frankfurtiana do receptor, que, na concepção de uma “mídia cidadã” não apenas recebe como re-assimila os enunciados que lhe são ofertados. O importante é percebermos que neste recorte nenhuma identidade deu conta de subsidiar seguramente uma tomada de opinião pública unificada. A busca de referência(s) foi significativamente mediada por meio das imagens e múltiplos textos dos telejornais, que politizaram, por meio de representações sobre “o que é ser cidadão” as identificações ganhadas e perdidas neste jogo.



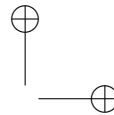
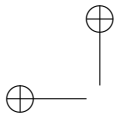
Segunda parada: 2009. Produção e disputas de sentido por meio de ausências e presenças do povo no noticiário local

No decorrer da obra “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1970 apud BRANDÃO, 1998), Althusser assinala que a diferença entre os aparelhos repressores e os aparelhos institucionais estaria em sua forma de ação. No primeiro caso temos a atuação da repressão, inclusive física prevalecendo sobre a força da ideologia. Já nas instituições, o inverso se sucede. A hegemonia ideológica figura como algo imprescindível para reproduzir as relações de produção.

No caso do telejornalismo local de Juiz de Fora, “produto” que oferece recorte empírico para esta reflexão (e também objeto central de análise para nossa dissertação de mestrado), a criação e manutenção de vínculos com a comunidade/audiência constitui-se em desafio cotidiano para os jornalistas. E tem na força discursiva da representação do “universo do popular” – viabilizada por entrevistas de populares e utilização de recursos como “povo fala”, sua principal estratégia de aproximação com o público. Vale reforçar que o produto oferecido aos telespectadores é uma (re) construção da realidade, operada via coleta de imagens, redação de texto, edição, ângulos de enunciados, cuja “vontade de verdade” é garantida muitas vezes pela soma de tentativas de repetição de alguns fatos, amarrados pelos textos de repórteres e apresentadores, numa imitação da ação humana.

Considerando a atual força do telejornalismo e seu papel institucional na disseminação de lutas simbólicas e o “impacto desempenhado pela mídia na democratização da sociedade” (RABOY, 2005, p.181), destacamos para análise a matéria que abre a edição do Telejornal da Alterosa Regional, no dia 20/05/09. A produção aborda uma (ainda) provável paralisação dos rodoviários, no caso motoristas e outros funcionários de ônibus coletivos de Juiz de Fora. Exemplar, a matéria nos faz pensar sobre a função do discurso da mídia na produção de identidades e propagação de temáticas cívicas. Neste recorte, é possível “experimentar com olhos e ouvidos” o jogo polissêmico utilizado na representação do povo na TV³.

³Os frames capturados e aqui presentes explicitam a (ainda) impossibilidade de demonstrarmos em multimídia a multiplicidade de discursos que permeiam a matéria. Entretanto,

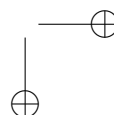
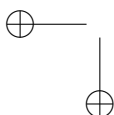


A começar pelo texto da matéria na escalada do telejornal. Nele, a âncora anuncia que “O Jornal da Alterosa mostra hoje o perigo das paralisações. Educação, saúde e até os rodoviários ameaçam cruzar os braços”. A rememoração da expressão “cruzar os braços”, de pronto, tenta fixar-se no passado e estabelecer com o telespectador um rápido jogo de “flashback imagético”, onde, dentre muitas outras conceituações possíveis, temos a tradicional cruzada de braços símbolo de rebeldia. O mesmo gesto lançado contra a exploração de trabalhadores da indústria, num contexto de pós-guerra ou feito por metalúrgicos do ABC Paulista contra patrões, o “sistema”, as más condições de trabalho.

A memória da narrativa tradicional, sob a forma de “materialidade repetível” (Foucault, 2004, p. 121) transportada para o acontecimento jornalístico e aliada à expressão *perigo* tenta produzir, na audiência, medo e apreensão. Nesta transfiguração temos o cruzamento de sentidos imemoriais de resistência, repreensão e violência, produzindo entrelugares nos quais as identidades travam uma “incômoda batalha”. Sem falarmos do encadeamento de enunciados – a possível falta de educação, saúde e transporte, que, no papel de elementos fundamentais para o bom “funcionamento” (e por que não dizer controle) do corpus urbano cumprem o papel de reforço do medo nesta narrativa do noticiário. O efeito é potencializado na cabeça da matéria, onde a apresentadora reforça que “Professores municipais, médicos de braços cruzados e para piorar ainda mais a situação surge agora a possibilidade de uma outra paralisação: dos profissionais dos transportes coletivos”. Por abordar um fato que ainda não aconteceu, as imagens de arquivo de uma greve do gênero ocorrida há dois meses atuam no sentido de oferecer ao público a contextualização pretendida.

De maneira cognitiva, a “leitura” de uma notícia, no caso do telejornal ou de qualquer outro meio, leva à construção de um modelo particular da situação ou do evento tratado no texto, por meio da atualização dos modelos mais gerais. Em virtude do próprio tempo neste tipo de produção, relativamente curto, a contextualização torna-se grande desafio para o profissional de comunicação. Isto evidencia o papel do leitor na compreensão daquilo que é

acreditamos que nossos “recortes de recortes” possam contribuir para ilustrar nossa análise e deixá-la menos exposta à ação descritiva da notícia, o que contradiz, inclusive a perspectiva relacional e a valorização dos discursos e desafios textuais propostos por Paulo Freire em toda a sua trajetória de pesquisa.

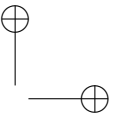
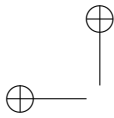


relatado e reforça nossa preocupação em uma verdadeira “alfabetização midiática” para exercício de cidadania.

Na tentativa de facilitar essa atualização, as imagens de arquivo são resgatadas do passado, pelo enunciado da âncora, coberto por imagens “antigas” da multidão na rua e de avenidas sem ônibus. Elas tentam, ainda, se estabelecer como uma narrativa do presente e de uma futura repetição do passado, quando a apresentadora anuncia que: “No dia nove de março deste ano Juiz de Fora parou. A greve dos rodoviários atrapalhou muita gente que precisava trabalhar, estudar, enfim, que precisava do transporte coletivo. Relembre com Evandro Medeiros e Michele Pacheco”. A partir daqui, o crédito “arquivo”, que aparece na tela ao lado de repórteres e entrevistados, não impede que a recepção possa contextualizar a situação e re-atualizar as angústias sofridas há dois meses. Dessa forma, como é possível em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do “imaginário” do outro, fundar estratégias de discurso.

A primeira matéria de arquivo inserida nesta “macromatéria retrospectiva” traz a repórter, à noite, em frente à garagem de uma das maiores empresas de ônibus de Juiz de Fora. Diversos recursos nos dão pistas de uma aproximação entre o discurso do telejornal com a tensão típica de *thrillers* policiais, que envolvem a privação de liberdade e negociações: a baixa iluminação, a tensão na voz da repórter, ao proferir seu texto, ressaltando que “A situação foi tensa durante toda a madrugada. A polícia militar ficou a postos para evitar tumultos (...) do lado de dentro ficaram alguns representantes do sindicato negociando a saída de alguns carros. Por enquanto, até às quatro da manhã ninguém pode sair”. Surge a imagem e declarações de funcionários contrários à greve em posição de rivalidade com o sindicato, que queriam trabalhar e estavam “revoltados”, de acordo com a adjetivação da repórter. Eles queimam, no local, uma faixa colocada pelo sindicato dos rodoviários na porta da empresa, com os (controversos) dizeres: “Trabalhadores do transporte coletivo em greve. Unidos venceremos”.

Emblemática, a imagem cumpre um trabalho discursivo tradicionalmente desempenhado pelos mitos – a reprodução de imagens culturais. O processo é assegurado pela ampla oferta de modelos difundidos e impostos socialmente pela imitação e formas ritualizadas, relatividades estabelecidas pelos jogos dos “micropoderes” citados por Foucault. Ou ainda passa a estabelecer, na concepção de Kucinski, “papel mais ideológico do que informativo, mais vol-



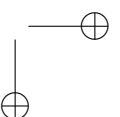
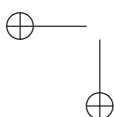
tado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados” (KUCINSKI, 1998, p. 17).

No exemplo, o movimento de interpretação/reinterpretação da mensagem midiática remete ao poderio simbólico do elemento fogo e de sua associação a uma matriz que abriga sentidos imemoriais de violência, insurreição, de situação-limite. É, grosso modo, dentre inúmeras outras possibilidades imagéticas, o mesmo fogo com que Nero incendia Roma, que consome na fogueira Joana D’arc. Ou até as labaredas estereotípicas que ora destroem e noutras vezes dão conta do “design” – espécie de papel de parede – do inferno cristão. Tais pacotes de identidades são, na concepção de Gregolin socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, maneiras de agir e pensar que, simbolicamente, inserem o sujeito na “comunidade imaginada”. A pesquisadora completa que

“a sofisticação técnica produz uma verdadeira saturação identitária pela circulação incessante de imagens que têm o objetivo de generalizar modelos. A profusão dessas imagens age como um dispositivo de etiquetagem e de disciplinamento do corpo social” (GREGOLIN, 2007, p. 17).

Num contexto semelhante de agenciamento de enunciados, a matéria de arquivo seguinte se inicia com o barulho da sirene de ambulâncias em meio aos ônibus e população no centro da cidade. A narrativa imagem/texto casa-se discursivamente com a assinatura simbólica da produção que lhe antecederá. No texto do repórter, representantes do sindicato dos rodoviários, numa operação que remete aos discursos de rotina entre polícia/bandidos, “negociaram com a polícia o fechamento da Avenida Rio Branco”. De braços cruzados e organizados em círculo, os rodoviários proferem sua indignação a um policial que se coloca no centro deste círculo – e também no centro do discurso, por seu papel de mantenedora da ordem. Um manifestante declara, ao policial e, portanto, indiretamente à lente da câmera que “Se eles devolverem o nosso tíquete que eles retiraram, a gente volta a negociar. Aí suspende a greve, também não acaba não”.

Temos, em sequência, um dos mais importantes pontos de interesse da análise da participação popular nesta matéria. O repórter, em off que cobre as imagens de uma mulher/cidadã/passageira, em postura de revolta com os rodoviários, adianta que, durante a manifestação “Ouve bate boca. Alguns passageiros se revoltaram”. A mulher, com traços típicos de nervosismo, aponta o indicador para um dos representantes do sindicato e brada “Vai atravessar

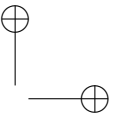
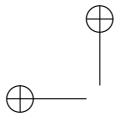


um filho seu”. O nervosismo da passageira, com a voz alterada se contrapõe à calma do rodoviário, que toma um sorvete enquanto tem o indicador da senhora apontado para seu rosto.

A idéia de povo como multidão de garras à mostra, que precisa de controle, de constante vigilância por parte dos Aparelhos Repressores (AR) – nesta situação a polícia – ganha forma e atinge seu ápice. O agenciamento coletivo desta enunciação se solidifica às custas da postura agressiva da mulher sem nome. Descreditada tanto literalmente, pela ausência de identificação na tela, quanto discursivamente, pela própria desqualificação de seu exercício de cidadania e de suas palavras de indignação, classificadas pelo repórter como mero “bate boca”.

Gestos, comportamentos, circunstâncias e todo um conjunto de signos acompanham o discurso e tentam impor, através da coerção, seu efeito sobre aqueles aos quais se reportam. Tal processo, ao ser transposto para o campo da comunicação traz como ponto de partida da análise a seguinte questão: Como o acontecimento é contado pelo discurso do telejornal?

A recitação e a construção simbólica do acontecimento mediático é retomada, por exemplo, na interrogação da apresentadora, ao vivo, em estúdio, interagindo com a repórter via telão. A âncora convida o telespectador para um exercício imaginativo de uma mazela em vias de se tornar realidade e questiona à repórter: “Já imaginou essa confusão toda de novo? Não vai ser fácil não”. A repórter, por sua vez, informa que, após dois meses, a “trégua” – (aqui temos mais uma palavra com forte potencial simbólico) entre rodoviários e as empresas de ônibus se encontrava em seus momentos finais. A jornalista entrevista o vice-presidente do sindicato, que em tom calmo e buscando aproximação/ domínio discursivo com a audiência, frisa que “essa trégua foi feita pelos trabalhadores em consideração ao povo de Juiz de Fora e para demonstrar que o movimento era reivindicatório” e não de defesa de aumento tarifário de passagens. Em um próximo momento, um trabalhador rodoviário entra, em vídeo gravado, fazendo uma pergunta para o representante do sindicato. Interessante adiantar que o entrevistado, reclamando da postura omissa do sindicato e das más condições de trabalho não é identificado e aparece com voz alterada e luz estourada, alegando que trocadores e motoristas trabalham sob “grande pressão” e indagando se é “justo um cobrador ganhar por mês 190 reais de adiantamento e menos de 200 reais por mês no pagamento? E o nosso sindicato, em contrapartida, não diz nada”. A apresentadora repassa



a palavra à repórter, por meio da expressão “Taí o desabafo, Michele”. Mais significativa que a mediação feita pelo telejornal entre trabalhadores e representantes do sindicato, temos os diferentes “lugares de fala” de cada envolvido delimitando posições discursivas totalmente diferentes.

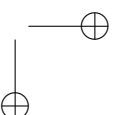
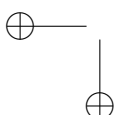
Os primeiros figuram sem identificação, o que não significa sem identidade. Esta pauta-se na submissão enunciativa daqueles que precisam se ocultar para que haja permissão de fala. O que, de início, já os coloca em posição desprivilegiada em relação aos membros do sindicato, que têm direito a um nome e também o próprio direito de resposta, já que “um dos seus” se encontra ao vivo, ao contrário do homem sem nome e sem “feições”. Obviamente estamos cientes das retaliações das quais o trocador de ônibus foge. A situação, entretanto, não retira da narrativa do telejornal analisado o papel de reforçar/cristalizar esse consenso, pelo discurso de submissão, por um lado e de micropoderes de outro. Como os sujeitos são sociais e os sentidos históricos, há confronto de discursos que expressam as lutas em torno de dispositivos identitários.

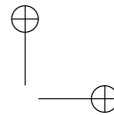
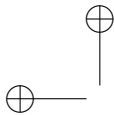
Estas lutas não se entrelaçam somente na matéria analisada. Estão presentes, na mesma edição, no conjunto de matérias que compõem outras produções do tipo, que se alicerçam nesta simbologia de apreensão e alerta permanente da sociedade como elemento de identificação. Inclui a abordagem da paralisção de médicos e de professores, além de problemas de moradores de um bairro que, por excesso de terrenos baldios, encontraram uma cobra dentro de casa. E se apresentam ainda ao longo das edições, conforme trabalho anterior onde constatamos a escolha de fontes populares como estratégia para garantir espaço mercadológico e importante ponto de apoio para a constituição profissional dos produtores⁴.

Fim do trajeto. A viagem se re-inicia

A pesquisa aqui apresentada caminha distante da pretensão de apontar, equivocadamente, “falhas discursivas” no telejornal analisado. Cumpre-nos valo-

⁴Para maior detalhamento sobre a relação povo/ telejornalismo local, consultar MATA, Jhonatan. *A voz do povo é a voz de Deus? Participação popular no telejornalismo local*. Trabalho de conclusão de curso para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF, Juiz de Fora, 2008.





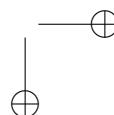
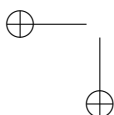
rizar a sutura que ocorre entre os diversos elementos que compõem a matéria e nos dão a dimensão simbólica que o telejornalismo local possui na composição das identidades, dentre as quais a classe denominada “popular” emerge como elemento “(des) norteador” de nossas anteriores e futuras análises. O que nos leva a perceber que a viagem sempre se re-inicia.

Nossa relativamente breve discussão da relação mídia e cidadania nos parece satisfatória em apontar o valor da compreensão de sentidos e representações tecidos pelos meios de comunicação de massa. Principalmente se considerarmos que esses agenciamentos de formação discursiva sobre o “cidadão na tv” não são passivos e acotovelam-se, constantemente, com discursos de resistência, singularizações e outros pontos fugidios. Se Manzini-Covre alerta que a cidadania está em permanente construção, não é forçoso anunciar que o discurso do telejornalismo local siga o mesmo princípio. Trabalhamos, a todo o momento, com enunciados marcadamente institucionalizados, onde à realidade não resta outra opção se não a do recorte, do enfoque, do enquadramento da notícia. O que não deve servir como estímulo para que os múltiplos discursos dos telejornais, estimulados pelo poder das representações, sucumbam às tentações da estereotipia. Nossas análises tomam a estrada partindo do princípio de que o acesso à informação pública é um direito (de quarta geração) inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse. Daí lutarmos para que esta a oferta de “pacotes discursivos”, distribuídos, conscientemente ou não, pela mídia local possa funcionar como instrumento de democratização de uma “cidadania em massa”. E para que não se restrinja a “scripts de discursos” que delimitam a atuação do povo na TV, em suas lutas por melhores condições de transporte e de representatividade na tela.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 7 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1988.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.



- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2004
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 14 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade – e outros escritos*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso e mídia: a reprodução de identidades”*. In: Comunicação, Mídia e Consumo/Escola Superior de Propaganda e Marketing. v.4, n. 11 (novembro 2007) São Paulo: ESPM, 2007.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- IGNÁCIO, Ana e PADIAL, Karina. *O labirinto das concessões*. In: Revista Imprensa, jan/fev 2009, p.25.
- KAPLÚN, Mário. *Comunicación entre grupos – El método del cassete-foro*. Bogotá, Colômbia, Centro Internacional de Investigaciones para el desarrollo, 1984.
- KUCINSKI, Bernardo. *A Síndrome da antena parabólica.Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares. A participação na construção da cidadania*. 2 ed, Rio de Janeiro:Petrópolis, Vozes, 1999.
- RABOY, M. *Mídia e Democratização na sociedade da Informação*. In MARQUES DE MELO, J. SATHLER, L. Direitos à comunicação na Sociedade da Informação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.
- RAMOS, M.C. *Comunicação, direitos sociais e políticas públicas*. In MARQUES DE MELO, J. SATHLER, L. Direitos à comunicação na Sociedade da Informação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

